



DO BOLSA FAMÍLIA AO MICROCRÉDITO: UMA ANÁLISE COM BASE NO PROCESSO DE INCLUSÃO FINANCEIRA E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Gisele Martins Pereira, Luciana Maria Costa Cordeiro

Introdução

Tendo em vista que as economias em desenvolvimento possuem elevados índices de desigualdade, se faz necessária a criação de estratégias voltadas para a redução desses fatores. Para amenizar os efeitos provocados pela pobreza é preciso criar instrumentos que facilitem o acesso da população de baixa renda a uma cesta de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades básicas de sobrevivência. Sendo assim, o Estado atua através de políticas públicas no intuito de erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades sociais. Como exemplo, dos instrumentais utilizados pelo Estado, a fim de amenizar a condição de pobreza, tem-se a prática de programas como o Programa Bolsa Família de transferência de renda e de Microcrédito, baseado na maior inclusão financeira. Nesta perspectiva, esse trabalho tem por intuito fazer uma análise objetiva entre o sistema de Microcrédito Produtivo Orientado e o programa de assistência social Bolsa Família, com vista a identificar seus efeitos em termos de políticas públicas no combate à pobreza.

Material e métodos

A. Descrição dos Dados

Os dados utilizados são baseados nos indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios de Minas Gerais e no Índice de GINI, a fim de analisar o grau de desenvolvimento e desigualdade, medido pelo efeito das variáveis explicativas do modelo. Como variáveis explicativas, utilizaram-se as transferências do programa Bolsa família, taxa de desemprego, índice de preços e número de agências de atividades de microcrédito, distribuídas entre os municípios do Estado de Minas Gerais. O período de análise compreende os anos de 2000 e 2010, conforme base de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Fundação João Pinheiro. Do Ministério do Trabalho e Emprego (site oficial) e do BACEN, acerca da distribuição espacial das agências de crédito.

B. Metodologia de Estimação

Para análise dos modelos propostos utilizou-se o instrumental econométrico baseado em dados *crosssection* e dados em painel, com a estimação de efeitos fixos e efeitos aleatórios, com a seguinte especificação:

$$(1) IDHit = \alpha_i + \beta_1 TBF + \beta_2 Txdesemprego_{it} + \beta_3 INPCit + \beta_4 agenciasfinanciamento_{it} + \epsilon_{it}$$

$$(2) GINI_{it} = \alpha + \beta_1 TBF + \beta_2 Txdesemprego_{it} + \beta_3 INPCit + \beta_4 agenciasfinanciamento_{it} + \epsilon_{it}$$

Resultado

Os resultados das estimações realizadas constam do Quadro I e demonstram a existência de uma correlação positiva entre a taxa de emprego formal, o índice de preços e as agências de financiamento, em relação ao Indicador de Desenvolvimento Humano, observado nos municípios de Minas Gerais. Em contrapartida, as transferências do Bolsa Família, apresentam grau de correlação negativa com o IDH, demonstrando que o aumento das transferências de renda nestes moldes, à população pobre, não favorecem a melhoria dos indicadores de desenvolvimento, comparativamente aos demais parâmetros observados.

Quanto à análise sobre o fator desigualdade, medida para efeitos deste trabalho, pelo índice de GINI, verifica-se que tanto o programa Bolsa Família quanto o aumento de agências de financiamento, têm ampliado o fator desigualdade nos municípios de Minas Gerais. Todavia a variável relativa à maior inclusão do setor financeiro, não apresentou significância estatística no modelo observado. Por outro lado, tanto a taxa de emprego formal, quanto o indicador de inflação, apresentam sinalização negativa, demonstrando sua relevância na redução das desigualdades observadas entre os municípios de Minas Gerais.

Quanto aos modelos de efeitos fixos e aleatórios observa-se que o modelo de efeitos aleatórios, parece estatisticamente mais consistente para a equação um, quando comparado o efeito dos programas de políticas públicas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, entre os Municípios de Minas Gerais. Demonstrando, com relevância estatística, abaixo de 1% de significância, que o programa Bolsa Família possui correlação negativa com o IDH.



Enquanto isso, variáveis como a taxa de emprego, a inflação e o número de agências de Microcrédito à disposição da população, de modo geral, apresentam relação de causalidade positiva com o indicador de desenvolvimento humano dos municípios mineiros, no período considerado.

Em relação ao modelo dois, em que as variáveis foram regredidas contra o indicador de desigualdade (GINI), em ambos os casos, de efeitos fixos e aleatórios, não há significância na variável de inclusão financeira utilizada, dado que neste caso o t estatístico (p-valor) é não significativo. Todavia, para o modelo de efeitos aleatórios, observou-se que o aumento das transferências do Bolsa Família, elevam a desigualdade entre os municípios, enquanto outros indicadores como o índice de preços e a taxa de emprego formal têm contribuído para sua redução, conforme sinalização negativa observada entre seus coeficientes, bem como pela significância estatística observada no teste t.

Discussão

Deve-se inferir, portanto, que os dados têm demonstrado pouco efeito dos recursos destinados pelas políticas públicas do governo, focadas na transferência de renda, em relação aos indicadores de desenvolvimento e desigualdades, observados no Estado de Minas Gerais. Observa-se neste caso, que os programas de transferência de renda deste tipo, podem amenizar o problema de renda dos pobres e extremamente pobres, com efeitos muito tímidos sobre a desigualdade e o desenvolvimento a priori. Por outro lado a maior inserção do sistema financeiro, dado por seus programas de crédito, focados na população pobre, tem contribuído no caso dos municípios de Minas Gerais, como indutor positivo de seu desenvolvimento bem como, como redutor de suas desigualdades.

Considerações finais

Concluiu-se a partir dos testes de análise propostos, que variáveis como emprego, demanda agregada (estimulada pelo maior nível de preços) e inclusão financeira (maior acesso ao crédito), constituem-se como importantes indutores de um possível desenvolvimento, bem como amenizador de suas desigualdades.

Por outro lado, os programas de transferência de renda, têm apresentado-se pouco eficazes na perspectiva de desenvolvimento, ou mesmo na amenização das desigualdades. Embora, não se possa desconsiderar, seu efeito sobre a pobreza. Isso porque, conforme observado ao longo deste estudo, as políticas de transferência de renda do governo, têm como foco amenizar as condições de pobreza relativa e absoluta.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração da FAPEMIG na realização deste trabalho de pesquisa.

Referências

- [1] BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosana. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15 n.42. São Paulo, fevereiro, 2000, p.123-142.
- [2] BRAZ, Marcio. Estado Liberal e Intervenção Econômica. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.18, a.8 (novembro 2009) - Teresina: UFPI, 2009 - ISSN 1678-1988.
- [3] LAVINAS, Lena. Pobreza, desigualdade e exclusão: contextos atuais. Documento de base URB-AL 10. São Paulo, maio de 2003.
- [4] LEMOS, J. J. S. Mapa da exclusão social no Brasil – radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: BNB, 2005.
- [5] ROCHA, S. Poverty Studies in Brazil – A Review. Texto para Discussão n° 720 – IPEA. Rio de Janeiro, 1996.
- [6] SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I e II (Coleção Os Pensadores).
- [7] SOARES, Mardem, MELO, Abelardo. Microfinanças: o Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. Brasília, 2008. Disponível em https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_miolo_internet_1.pdf.
- [8] TEIXEIRA, Elenaldo. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da realidade. AATR-BA, 2002.



Quadro I. Análise de Desenvolvimento Humano e Desigualdade entre os Municípios de Minas Gerais período 2000 e 2010.

Variável	Modelo MQO - Empilhados		Variável Dependente: gini	
	Variável Dependente: IDH		Variável Dependente: gini	
	Coefficiente	Estatística t	Coefficiente	Estatística t
Constante	.1307651 (.0143231)*	9.13 (0.000)*	.841417 (.0155965)*	53.95 (0.000)*
ltbf	-.0025439 (.0014541)**	-1.75 (0.081)**	.0187564 (.0015834)*	11.85 (0.000)*
txempregofofor	.003058 (.0001406)*	21.75 (0.000)*	-.0003569 (.0001531)*	-2.33 (0.020)*
inpc	.0772988 (.0030196)*	25.60 (0.000)*	-.0737686 (.0032881)*	-22.44 (0.000)*
agefinan	.0002099 (.0000885)*	2.37 (0.018)*	.0000463 (.0000963)	0.48 (0.631)
R ²	0.6723		0.3794	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE, MTE e BACEN.

Quadro II. Teste de Dados em Painel de Efeitos Fixos e Aleatórios, período: 2000 e 2010.

Variável	Variável Dependente: IDH				Variável Dependente: GINI			
	Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios		Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios	
	Coefficiente	Estatística t	Coefficiente	Estatística t	Coefficiente	Estatística t	Coefficiente	Estatística t
Constante	.0747427 (.0067122)*	11.14 (0,000)*	.0972758 (.0070874)*	13.73 (0,000)*	.8675526 (.0149961)*	57.85 (0,000)*	.843743 (.0134599)*	62.69 (0,000)*
ltbf	-.0083565 (.0025668)*	-3.26 (0,001)*	-.0054411 (.0016849)*	-3.23 (0,001)*	.0006673 (.0057345)	0.12 (0.907)	.0180874 (.0017559)*	10.30 (0,000)*
inpc	.1041631 (.0030153)*	34.55 (0,000)*	.0915057 (.0022684)*	40.34 (0,000)*	-.0636589 (.0067366)*	-9.45 (0,000)*	-.0737948 (.0031236)*	-23.62 (0,000)*
txempregofofor	-.0000888 (.0001666)	-0.53 (0.594)	.0013662 (.0001365)*	10.01 (0,000)*	.0009746 (.0003722)*	2.62 (0.009)*	-.0002502 (.0001644)	-1.52 (0.128)
agefinan	-.00095 (.0004722)	-2.01 (0.045)**	.0004788 (.0001183)*	4.05 (0,000)*	.0012516 (.001055)	1.19 (0.236)	.0000466 (.0001083)	0.43 (0.667)
R ²	0.9474		0.9380		0.5657		0.5473	

Fonte quadro: Elaboração própria com base nos dados do IBGE, MTE e BACEN.